

O Brasil, entre democracia radical e giro autoritário:¹

Entrevista com Giuseppe Cocco²

Tradução de Murilo Duarte Costa Corrêa³

Colaboração de Marina Michelis⁴

O que ocorre no Brasil a partir das mobilizações de 2013? Por que os protestos de massa marcaram um giro na história recente do país? Existe uma continuidade entre os governos do Partido dos Trabalhadores, de Dilma (2010-2016), e aquele conduzido por Temer, entre 2016 e 2018? Como compreender a chegada ao poder de Bolsonaro? Quais foram as razões de sua vitória? E agora? Qual situação se prefigura para o Brasil e o continente latino-americano? Quais mobilizações emergiram no Brasil com o assassinato de Marielle Franco? Questões abordadas nessa entrevista com Giuseppe Cocco, militante da autonomia italiana dos anos 1970 e atualmente Professor e pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

PEM: Em uma entrevista a Vacarme em 2016, você retomou treze anos de lulismo, desde a vitória do primeiro governo de Lula em 2003 até a crise do sistema político brasileiro e a ascensão de Temer ao poder. Aqui, gostaríamos de nos concentrar mais sobre a conjuntura recente. O que ocorreu no Brasil a partir das mobilizações de 2013? Por que esses protestos de massa marcaram um giro na história recente do Brasil?

Giuseppe Cocco: A mobilização de junho de 2013 mudou o curso da história brasileira porque ela foi o ponto de convergência de pelo menos duas linhas de fuga: de uma parte, as lutas do proletariado metropolitano por serviços que estivessem à altura de seus desejos e da sua produção de subjetividade; de outra, as lutas contra o sistema e seus dispositivos de dominação organizados ao redor de diferentes estratos mafiosos

¹ Entrevista da *Platform d'enquêtes militantes* com Giuseppe Cocco, publicada em 29 de novembro de 2018. Disponível em: <<http://www.platenqmil.com/blog/2018/11/29/le-bresil-entre-democratie-radical-et-tournant-autoritaire>>

² Giuseppe Cocco, pesquisador da UniNômade. Professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, editor das revistas *Global Brasil*, *Lugar Comum* e *Multitudes* e coordenador da coleção *A Política no Império* (Civilização Brasileira)

³ Professor Adjunto de Teoria Política, na graduação em Direito e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

⁴ Mestranda em Comunicação e Política no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (UFPR). Graduada em Jornalismo (UEPG).

que se encontravam articulados aos diferentes aparelhos de Estado. Entre 17 e 21 de junho, milhões de pessoas foram às ruas de todas as cidades brasileiras. Um acontecimento intempestivo, uma aceleração sem precedentes: as multidões, enfim, davam voz às lutas de resistência e às reivindicações que circulavam de maneira difusa na sociedade e nos seus territórios. Todas as queixas com que se sonhava foram declamadas por milhões de pessoas. Uma gigantesca brecha democrática se abria. As ocupações de parlamentos e de câmaras de vereadores procuravam transformar o momento destituente em dinâmica constituinte. De outra parte, a resistência à repressão policial mostrava a possibilidade de que a espiral de violência que se vivenciava nos bairros pobres se transformasse em conflito democrático.

Em 17 de junho, no Rio de Janeiro, milhares de jovens realizaram um ataque espontâneo na tentativa de tomar o Parlamento estadual. Desse modo, a luta pelo acesso a serviços públicos de qualidade – a começar pelos transportes –, reunia e requalificava as resistências das favelas contra as remoções e os megaeventos, assim como a indignação difusa face à governamentalidade mafiosa. Depois de junho, sempre no Rio de Janeiro, tudo isso se concretizava, de um lado, nas ocupações da Câmara Municipal e na retomada da ocupação indígena da Aldeia Maracanã⁵ (que devia ser removida para dar lugar às obras do Estádio para a Copa do Mundo).

Ao mesmo tempo, as greves se multiplicavam, como a greve dos professores secundaristas em outubro de 2013, ou então a greve autônoma dos garis do Rio de Janeiro em fevereiro de 2014. Junho havia aberto uma grande brecha democrática, atravessada por pelo menos três dinâmicas espontâneas: (1) as lutas de resistência contra a expulsão dos pobres e os megaeventos (notadamente, contra a Copa do Mundo); (2) as lutas pela mobilidade e, portanto, a crítica do modelo urbano imposto pelas políticas neodesenvolvimentistas; (3) a crítica da representação e, portanto, da corrupção. É preciso compreender que a luta contra a corrupção no Brasil não é uma preocupação ética ou moral contra as malversações generalizadas, mas uma luta contra o dispositivo de governo dos pobres. E é esta última “linha” de mobilização que, por sua vez, foi a mais diversificada em termos de composição social, e amplificava ainda mais o movimento.

⁵ Aldeia Maracanã é o nome que foi dado à ocupação do imóvel do antigo Museu do Índio por um grupo de indígenas de diferentes etnias. A ocupação deveria ser removida e o imóvel, demolido, para a construção de um estacionamento para o Estádio do Maracanã e para a Copa do Mundo. A resistência dessa ocupação, em março de 2013, foi uma das antecipações do grande movimento de junho de 2013, que conseguiu parar a demolição do imóvel.

Enquanto à esquerda, em geral, concordava-se em dizer que essa linha era moralizante e manipulada “pelas elites”, era ela que articulava as outras linhas sobre um terreno totalmente novo. A crítica do sistema, da casta política e da corrupção levava as mobilizações a um nível de efetividade jamais esperado: é sobre essa onda que, no início, as mobilizações se radicalizavam e se tornavam constituintes, mas é também sobre esse tema que elas eram atravessadas pela maior ambiguidade. Essa ambiguidade não era do movimento, mas das forças políticas – sobretudo as de esquerda. Quando uma multidão de sujeitos em luta foi capaz pela primeira vez de articular reivindicações específicas (o preço dos transportes, o fim das remoções dos pobres, a crítica dos gastos suntuosos e inúteis com estádios e Olimpíadas) a crítica do sistema de poder, a esquerda (notadamente o Partido dos Trabalhadores, PT) aparecia não apenas como uma força que se havia comprometido com o sistema, mas também como uma peça central da governamentalidade mafiosa. Assim, a esquerda no poder, o PT, imediatamente percebeu o movimento como uma ameaça e, depois de alguns meses de paralisia, começou a mobilizar todas as suas forças (e isso era muito, depois de dez anos no poder) para reduzir essa crítica e pacificá-la, o que elas alcançaram no momento da Copa do Mundo.

O resultado da pacificação do movimento de junho de 2013 está, hoje, diante dos olhos de todo mundo. Após um período de transição que durou até as eleições de outubro de 2014, a indignação social voltou às ruas (aí compreendidos os “panelaços”, o som da bateção de panelas nas janelas durante os discursos de Dilma Rousseff na televisão) em 2015 e 2017. E, dessa vez, a luta contra a corrupção não apenas mostrou todas as responsabilidades do PT, mas também caiu nas mãos da nova extrema direita.

Por que a extrema direita tornou-se a referência dessas mobilizações plurais? Porque toda a esquerda – aí compreendida o PSOL⁶ – fez bloco com Lula e o PT, e isso com as bênçãos da esquerda progressista ocidental. Ao invés de apoiar a primeira grande operação de luta contra a corrupção, chamada Lava-Jato, saída diretamente do movimento de junho de 2013, a esquerda a denunciava, como se a presença do PT na lista de acusados e as prisões fossem fruto de uma perseguição. Chegamos hoje a esse paradoxo, em que a maior parte dos jovens que tentaram tomar o parlamento do Rio em 17 de junho de 2013 sequer festeja a prisão recente de seus antigos funcionários. O que

⁶ O Partido Socialismo e Liberdade é um partido político brasileiro fundado em 2004 por uma cisão da ala à esquerda do Partido dos Trabalhadores. Ele é integrado por muitos intelectuais e militantes de esquerda, assim como por diversas correntes da extrema esquerda brasileira.

aconteceu? Uma parte desses jovens, de início, foi golpeada pela repressão orquestrada do governo federal do PT durante a Copa do Mundo. Uma outra parte foi capturada pela narrativa do PT contra a operação Lava-Jato. Em um discurso realizado na Universidade do Rio, Lula, por exemplo, saiu em defesa do antigo governador, Cabral, figura de proa da pilhagem dos recursos do Estado do Rio e arquiteto da montagem policial e judiciária que colocou aqueles jovens na prisão. Por fim, os outros – e isso é a numerosa maioria – não se manifestam.

PEM: No mundo ocidental, descreve-se 2015 como um ano funesto para todo o continente latino-americano, com a virada à direita de muitos Estados-Nação (Argentina, Equador, Venezuela, Uruguai, Chile). Os governos autoproclamados progressistas, que desafiaram o golpismo militar e a dependência econômica internacional, perderam o apoio das classes pobres que haviam sido responsáveis pelo seu sucesso. Aplica-se um discurso análogo ao Brasil. Você, ao contrário, insiste na forte continuidade entre os governos do PT de Dilma (2010-2016) e a tomada de poder de Temer (na primavera de 2016). Por que essa mudança não pode ser considerada como um golpe de Estado?

Giuseppe Cocco: De início, esses diferentes governos não desafiaram o militarismo sul-americano em absoluto. Muito pelo contrário, eles nasceram da consolidação paradoxal das democracias pós-ditatoriais com os planos de estabilização neoliberal do fim dos anos 1980-1990. Os sucessos eleitorais dos governos “progressistas” derivam mais da incapacidade das políticas neoliberais de encontrar um novo fôlego do que da força da esquerda. Sem o período de estabilização neoliberal, os novos governos progressistas sul-americanos jamais teriam vindo à luz. É importante dizê-lo para desmistificar o debate atual sobre o seu colapso. Deixemos de lado o caso venezuelano, em que não houve luta alguma contra o militarismo, mas uma retomada dele (o chavismo) – com uma retórica de esquerda que o tornou aceitável –, e procuremos nos concentrar sobre o caso brasileiro (com algumas referências à Argentina). A democratização do Brasil começou no fim dos anos 1970 sob o efeito de pelo menos três determinações: a crise material do regime militar, na medida em que seus investimentos desenvolvimentistas produziram hiperinflação e sobre-endividamento; o esgotamento da guerra fria (o início da nova globalização neoliberal), com a conseqüente perda de legitimidade

internacional dos militares; por fim, o ciclo de lutas operárias na periferia de São Paulo (de onde vêm Lula e o PT).

É esse último ciclo de lutas autônomas dos trabalhadores fordistas, com os movimentos populares das favelas de todas as cidades brasileiras, que proporciona àquela época o verdadeiro conteúdo do processo de democratização. E é isso o que faltou à Argentina, onde o trauma da repressão é ainda muito presente no início dos anos 1980, e muito mais violento e difuso socialmente.

No fim da década, ao contrário da Argentina, onde a política permanece nas mãos do peronismo e do radicalismo, a autonomia operária de São Paulo, com o apoio da Igreja Católica e dos militantes de esquerda anistiados, consegue federar os movimentos sociais e os vastos setores da sociedade civil ao redor do Partido dos Trabalhadores, fundado em 1980⁷.

Depois de vinte anos na oposição, Lula e o PT ganharam seu primeiro mandato em 2002, e sua política econômica foi em perfeita continuidade com aquela dos neoliberais, e isso permanece até 2007⁸. Paradoxalmente, é ao se apoiar nessa ortodoxia neoliberal e na estabilização do curso da moeda que ela tornou possível, que o Brasil encontrou sob Lula uma dinâmica de crescimento (em torno de 4%) e de desenvolvimento de certas políticas sociais: a valorização do salário mínimo e uma alocação monetária para os pobres (Programa Bolsa Família). Depois da crise de 2007-2008 e, sobretudo com Dilma Rousseff, é o desenvolvimentismo, e a ideia de que a moeda é o fruto do crescimento, que se sobrepõe. Os programas sociais ficam estagnados, uma vez que os três grandes projetos da ditadura militar são retomados (barragens, estádios, refinarias, e rios de dinheiro para as megaempresas, autoproclamadas “*global players*”). O resultado será nulo em termos de freio à desindustrialização e, a partir de 2010, provocará o retorno da inflação, de taxas de crescimento anêmicas e de taxas de juros muito elevadas. A partir do segundo trimestre de 2014, a economia entra em plena recessão e leva a uma perda de 10% do PIB por habitante, processo que se prolongará até o primeiro trimestre de 2017. É a crise econômica mais grave da história do país.

⁷ Em 1989, o PT ganha as eleições à prefeitura de São Paulo, com Luiza Erundina, e perde por pouco as eleições presidenciais entre Lula e Fernando Collor de Mello.

⁸ A equipe do ministério da economia foi formada por teóricos neoliberais muito importantes, a começar por Marcos Lisboa. O Banco Central era presidido pelo antigo presidente do Banco Boston que, mais tarde, foi Ministro da Economia de Temer (e candidato à disputa presidencial de 2018, pelo MBD), Henrique Meirelles.

Dito isso, adicionemos uma nota: há muita demagogia e confusão sobre a “diminuição” da desigualdade durante os governos do PT. De início, a diminuição das desigualdades – ainda que real – foi muito fraca e absolutamente abaixo de uma verdadeira mudança estrutural da estratificação social brasileira. Recordemos por exemplo que Dilma vetou a promulgação de uma lei (elaborada por um senador do PT) sobre a revalorização do limiar de pobreza. Em todo caso, depois do primeiro mandato de Lula, as transferências sociais (em dinheiro) foram dirigidas cada vez mais às grandes empresas: em 15 anos, 4 trilhões de reais, ou seja, duas vezes do PIB anual. O BNDES emprestou 1,2 trilhões de reais em dez anos (o equivalente a um ano de PIB). Ao mesmo tempo, e apesar de aumentos importantes, as despesas ligadas aos diferentes programas sociais jamais passaram de 1% do PIB. Pode-se ver bem quais eram as prioridades e é, de fato, curioso examinar o raciocínio dos economistas de esquerda, bem como dos militantes de esquerda. Quando emergiram essas políticas que forjaram o lulismo, eles as criticavam dizendo que elas eram neoliberais (o que é verdade). Hoje, quando elas estão mortas, eles fazem a apologia delas. A fraca diminuição da desigualdade e a formação de uma nova camada social de pobres, chamados nova classe média, não fez de Lula e do PT santos intocáveis; nem mesmo algumas curvas estatísticas que permitem aos economistas fazerem uma crítica tão radical quanto vazia do neoliberalismo... O que conta não é a definição de uma política pública e menos ainda o debate “nominalista” sobre seu quadro teórico-político. O ponto essencial é saber se as medidas políticas reconhecem e amplificam as lutas dos pobres. Em junho de 2013, as lutas dos pobres mostraram todos os aspectos dessas pequenas mudanças, mas Lula e o PT (e, claro, Dilma) mostraram que o que lhes interessava não era esse câmbio no nível do desejo e das necessidades dos pobres, mas os pactos mafiosos com os grandes empresários da construção civil, do agronegócio, do petróleo, do automóvel e das grandes barragens. E é essa situação que abre, hoje, o caminho para o retorno do militarismo.

Para voltar à sua pergunta, eu não diria que 2015 foi um “ano funesto” para a América do Sul. A queda ou o declínio de governos ditos progressistas não é necessariamente uma má notícia. Isso poderia não ser mais que uma simples alternância democrática (na Argentina, no Chile ou no Equador). No caso da Venezuela, o problema não é a “queda”, mas a permanência do governo chavista com consequências catastróficas para a população, sobretudo a mais pobre.

Aqui, ainda uma vez, é preciso se proteger das análises de esquerda, aí compreendida a libertária, que têm em comum o hábito de abandonar a análise material e o ponto de vista das lutas em proveito de suas próprias projeções e idealizações (os famosos “laboratórios” da esquerda). O alicerce comum dessas projeções é manter a tese de um ciclo progressista latino-americano, seja negando o fracasso das políticas econômicas dos diferentes governos, seja atribuindo tal fracasso a algumas explicações transcendentais, a um fora qualquer: em geral, a crise externa, a queda dos preços das *commodities* ou o imperialismo e a CIA. Esses argumentos chegam a ser mobilizados por regimes que governaram o continente ao longo de 14 ou mesmo dos 20 últimos anos. É preciso insistir nisso. A crise externa, os preços das *commodities* e a CIA existem, claro! Mas isso não significa que eles expliquem o que aconteceu e tudo o que acontece! Em primeiro lugar, quando era o governo Fernando Henrique Cardoso que explicava a crise brasileira pelo impacto da crise russa e coreana (em 1997), o PT se recusava a desresponsabilizá-lo, e o acusava justamente de ser prisioneiro da ortodoxia neoliberal. Hoje, mesmo o governo neoliberal de Macri na Argentina tenta explicar seu fracasso por razões externas, e não é por isso que o kirchnerismo e a esquerda deixam de criticá-lo. O fato é que esses governos estão no poder depois de mais de 15 anos. Na Venezuela, são 20 anos de regime (a mesma duração que a ditadura brasileira, 1964-1984). A crise brasileira começou antes da queda dos preços das *commodities*, da mesma maneira que a economia venezuelana sucumbiu antes da queda do preço do petróleo. A recessão brasileira é totalmente brasileira, endógena à tentativa de sair do neoliberalismo por recurso ao neodesenvolvimentismo autoritário (possivelmente mafioso), e é por isso que ela foi anunciada pelos mais diversos analistas econômicos desde 2011 e pelas mobilizações de junho de 2013. A queda dos preços das *commodities* não foi prevista pelo PT, e seu modelo econômico foi totalmente incapaz de fazer frente a ela.

O que isso tudo significa? Significa que a esquerda em seu conjunto se recusa a se dar conta do fiasco que foram as diferentes tentativas de “voltar atrás” ou construir um fora, e não leva a sério nem a crítica do “socialismo real”, nem a do neodesenvolvimentismo. A esses dois “vícios” é preciso adicionar um terceiro: a tolerância face à incrível tendência dos governos de esquerda em fazer de seus presidentes figuras insubstituíveis e continuamente reeleitas, aí compreendido o preço pago pelas mudanças constitucionais que anunciam viradas abertamente autoritárias,

como a que teve lugar na tragédia venezuelana, ou a que parece surgir igualmente na Bolívia.

É preciso opor a tudo isso uma outra maneira de apreender a ruptura do ciclo na América Latina. Ela começa pelo fato de constatar a inanidade teórica e política dos governos e dos partidos políticos, que foram seus protagonistas, nos diferentes países. Sua inanidade é diretamente proporcional à incapacidade da esquerda “global” para propor uma alternativa econômica ao neoliberalismo. Contrariamente a tudo o que foi escrito sobre as inovações cujo teatro deveria ter sido o “laboratório América Latina”, todos os governos terminaram por implementar políticas neodesenvolvimentistas com quatro consequências: a multiplicação dos conflitos ligados às lutas indígenas, ao meio ambiente e à terra; a ampliação dos fluxos de recursos capturados por redes gigantescas de corrupção; a destruição da precária estabilidade macroeconômica herdada dos planos neoliberais; por fim, a cooptação dos movimentos sociais organizados, reduzidos ao estado de funcionários da administração pública.

Os governos se esgotaram social, política e economicamente, e era perfeitamente previsível que eles encontrassem dificuldades crescentes e terminassem por perder as eleições. Seria esperado também que novas forças de esquerda ou progressistas viessem à luz, mas não: a virada autoritária sobre o plano econômico fez-se rapidamente acompanhar por uma virada autoritária sobre o plano político. Para saber que o governo de Cristina Kirchner estava para cair, bastava circular nas ruas de Buenos Aires e ver que ela já não dispunha mais de confiança, e que o curso oficial da moeda era inteiramente artificial. No Brasil, a partir de 2012, tínhamos a mesma sensação: os rios de dinheiro que os políticos neodesenvolvimentistas distribuía às grandes indústrias e grupos da construção civil não tinham qualquer efeito sobre o crescimento, mas se traduziam em inflação dos preços e dos ativos imobiliários, tendo como consequência o aprofundamento da hierarquização urbana. A insurreição de junho de 2013 foi a resposta a essa deriva, e uma verdadeira possibilidade de mudança na direção de uma mobilização democrática da sociedade.

Ao contrário, o PT conseguiu pacificar o movimento de junho de 2013 e forçar a reeleição de Dilma em 2014. As leituras ideológicas e arrogantes por parte da *nomenklatura no-global* interpretaram essa reeleição como um sucesso; as análises daqueles que diziam ser uma vitória de Pirro foram classificadas como “narrativas fantasiosas”. A partir do dia seguinte, milhares de pessoas protestavam em São Paulo. Entre 2015 e 2016, milhões pediam a cabeça de Dilma e protestavam contra as políticas

de austeridade implementadas por ela e pelo PT... Tudo isso no contexto de uma recessão muito violenta (redução de 10% do PIB *per capita*), do aumento exponencial da violência civil, da falência de diversos estados federados (entre os quais, o Rio de Janeiro que, durante um ano, deixou de pagar regularmente seus funcionários: médicos, policiais, magistrados, professores), e os escândalos que mostravam que as eleições haviam sido vencidas não apenas na base do abuso do poder político, mas de uma corrupção gigantesca que – para ficar apenas no caso da Petrobras – custou muitos bilhões de dólares.

O *impeachment*⁹ de Dilma foi inevitável e tinha três objetivos: evitar o desmoronamento total da economia nacional, fazer frente aos magistrados que conduziam as operações anticorrupção e, finalmente, permitir que Lula organizasse sua defesa, retomando o controle do PT e do projeto eleitoral para 2018. O PT precisava se apresentar como vítima e fazer com que a queda de Dilma parecesse um golpe de Estado. A vitimização deveria permitir, a um só tempo, jogar sobre as costas de Temer e dos “putschistas” as responsabilidades pela austeridade e pela crise, dando consistência a uma narrativa que envolvia teorias do complô e da perseguição como únicas justificativas plausíveis face aos inacreditáveis escândalos de corrupção. Não apenas o *impeachment* ocorreu nas condições previstas pela Constituição, mas, politicamente, ele foi seguramente uma operação de reorganização interna do pacto entre o PT de Lula e o PMDB¹⁰ de Temer.

PEM: Voltemos ao presente. Como chegamos à tomada do poder por Bolsonaro? Quais foram os fatores de sua vitória?

Giuseppe Cocco: Para dizer com o máximo de simplicidade: a vitória de Bolsonaro é o fruto da resiliência do PT.

⁹ A destituição de Dilma Rousseff, de acordo com o procedimento constitucional do *impeachment*, ocorreu em agosto de 2016, e levou ao poder o vice-presidente, Michel Temer. O PT denunciou a operação como um “golpe de Estado” midiático e parlamentar. Desde a primeira eleição direta (em 1989), é a segunda vez que esse dispositivo é usado. A primeira vez, em 1989, foi com o primeiro presidente eleito por sufrágio universal, Fernando Collor de Mello, que foi destituído em dezembro de 1992. O *impeachment* de Dilma era previsível já a partir de sua reeleição (em outubro de 2014), como eu mesmo e Bruno Cava escrevemos [em novembro de 2014](#).

¹⁰ O PMDB (hoje renomeado MDB) é um partido do “centro” que tinha uma grande base parlamentar e que participou de quase todos os governos federais brasileiros, a partir da transição democrática dos anos 1980. Notadamente, participou dos governos neoliberais de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), bem como do segundo governo Lula (2007-2010) e dos dois governos Dilma (2011-2014 e 2015-2016). Michel Temer foi eleito o vice-presidente de Dilma desde 2011.

Ao mesmo tempo em que Lula mantinha sua candidatura da cela da prisão, ao menos seis candidatos moderados disputavam entre si o segundo lugar para poder, então, obter através do pleito uma vitória *à la* Macron contra o candidato da extrema direita que aparecia sempre à frente, com pouco mais de 20% das intenções de voto. Tudo parecia relativamente sob controle. A facada recebida por Bolsonaro em 6 de setembro de 2018 iria perturbar o cenário. Mais que a violência, foram as imagens de milhares de jovens carregando triunfalmente o seu candidato chamando-o “Mito! Mito!” que espantava e revelava o que a grande imprensa não mostrava: a candidatura de extrema direita era conduzida por um verdadeiro movimento.

Então, um outro choque: pouco depois de sua oficialização como substituto de Lula – proibido de candidatar-se pela Justiça –, Fernando Haddad começou a subir em todas as pesquisas, indicando que ele seria o candidato contra a extrema direita. Tudo parecia entrar na ordem e nos planos de Lula, mas não era exatamente o caso: Lula não aportava apenas as vozes das regiões mais pobres e abandonadas do Nordeste brasileiro, mas também sua pesada responsabilidade política pela crise econômica e pela incrível série de escândalos de corrupção. A esquerda em geral decidiu relativizar a questão da corrupção nestes termos: “todos são corruptos, então por que essa obsessão com o pobre do Lula e o PT?”. Para eles, tratava-se de um epifenômeno, um detalhe! No entanto, eles saíram mais uma vez de seus gabinetes para manifestar nas ruas sua indignação após a morte de Marielle Franco, assassinada precisamente por essas redes mafiosas da corrupção sistêmica...¹¹ Mas relativizar ou não a corrupção é uma questão de luta, de capacidade de fazer desse combate uma crítica ética das relações de dominação. A escalada do fascismo (em geral e no Brasil, particularmente) não é o advento inelutável da horda de caminhantes brancos, mas uma das manifestações do conflito social e político na crise de governança da globalização. Ter deixado o tema da corrupção – literalmente embolsada pelo PT – nas mãos dos fascistas, não é nem um pouco secundário. E é ainda menos secundário que uma forte maioria dos eleitores pense que a vitória de Bolsonaro é uma maneira de lutar contra um dos dispositivos de dominação no Brasil.

¹¹ Sobre Marielle Franco, ver o artigo *Brésil: les roses de résistance naissent dans l’asphalte* disponível em: <https://lundi.am/Bresil-Les-roses-de-resistance-naissent-dans-l-asphalte>

Antes do primeiro turno, na medida em que as candidaturas moderadas ganhavam corpo (particularmente Marina Silva¹², que ocupava a segunda posição), as intenções de voto em Bolsonaro aumentaram de maneira mais que proporcional. No Brasil, não houve efeito Macron porque o PT de Lula se mostrou incapaz de reunir os democratas, mesmo diante da ameaça de um candidato abertamente racista, homofóbico e misógino. A ascensão do PT tornou simplesmente aceitável um candidato que, até então, apenas amedrontava. Para contrariar a possibilidade de um quinto mandato do PT, mesmo a extrema direita apareceu como uma solução: a maioria dos eleitores recusaram que o PT se tornasse “juiz dos erros que ele mesmo provocara”¹³. O apoio do PT e de todos os partidos de esquerda brasileiros a Maduro (e não apenas a Chávez) ampliou essas dificuldades.

A presença do PT nas eleições conseguiu a incrível proeza de abonar Bolsonaro. Se o PT ganhasse, teria sido o quinto mandato presidencial em sequência, e isso após quatro anos de crise econômica, de violências, de escândalos etc. Bolsonaro tornou-se aceitável por causa do PT! Faz quatro anos que alguns tentam dizer que a defesa do PT face ao indefensável (a corrupção generalizada, a crise e a violência) levaria toda a esquerda ao mesmo buraco, e eis-nos aí: não apenas a esquerda, mas o país inteiro! Uma vez que se leve em consideração a distribuição geográfica das vozes, é surpreendente ver que o PT conseguiu se impor para concorrer as eleições graças ao controle das regiões mais pobres do país, notadamente do interior do nordeste (o sertão), enquanto o sudeste e o sul (você se lembra de Porto Alegre?) plebiscitaram em favor da extrema direita (em 60 ou mesmo 70%).

É preciso ver que Bolsonaro não se beneficiou de uma estrutura de partido, nem de dinheiro público, ou de tempo gratuito de televisão para vencer. Sua vitória tem todas as dimensões de um voto de indignação em favor de alguém que foi capaz de aparecer como antissistema. Diante da incapacidade de Marina Silva de radicalizar seu discurso e da falta de credibilidade da centro-direita (ela mesma pega nas operações contra corrupção), Bolsonaro apareceu como um tipo de “terceira via”.

Mas Bolsonaro não é apenas um fenômeno eleitoral e nem uma candidatura totalmente espontânea e desorganizada. Podemos tentar determinar as dimensões mais

¹² Marina Silva, antiga militante das lutas da floresta com Chico Mendes, mais tarde cofundadora do PT, ministra do meio ambiente de Lula por suas vezes, deixou o governo e o PT em 2007, em razão de divergências com a inflexão neodesenvolvimentista de Lula e de sua ministra Dilma. Ela concorreu às eleições presidenciais de 2010 (com 20% dos votos) e de 2014 (com 21%). Em 2018, seus votos não chegaram a totalizar 1%.

¹³ Tucídides, *La guerre du Péloponnèse*, La Pléiade, Paris, p. 717.

estruturadas de seu sucesso em pelo menos três níveis: (1) a composição do voto; (2) suas posições ao longo dos quatro últimos anos (2014-2018); (3) o impacto da onda global da nova extrema direita.

(1) A composição do voto a favor da extrema direita, como dissemos, é concentrada nas regiões mais ricas do sul e do sudeste, nas camadas sociais mais ricas e nas que, no Brasil, se chamam as “novas” classes médias. É um pouco o núcleo duro da candidatura, ao qual se associa o voto corporativo de militares e de policiais, bem como o apoio importante de setores evangélicos. No Brasil, o fascismo se impõem, então, como “solução” eleitoral por meio de um fenômeno semelhante ao de outras eleições (Trump, Brexit), mas de certo modo ao inverso. Enquanto nos países do norte as classes médias degradadas são uma componente do voto “populista”, aqui são as classes médias emergentes que, de um lado, reivindicam serviços públicos de melhor qualidade e, de outro, sentem suas magras conquistas sociais ameaçadas pela corrupção, pela violência e pela recessão.

(2) Bolsonaro e seu entorno souberam capitalizar o declínio do PT desde o dia seguinte da reeleição de Dilma Rousseff: na medida em que o PT conseguia impedir a esquerda e os movimentos sociais de se juntarem à indignação generalizada, é a extrema direita que encontrava o espaço totalmente liberado para atravessar as grandes manifestações pelo *impeachment* de Dilma, notadamente por meio da ocupação de redes sociais. Claramente, não houve poucos investimentos para estruturar essas redes (os três mais conhecidos foram o MBL, o VemPraRua e Revoltados OnLine), e muito provavelmente tomaram parte grupos de empresas e fundos de investimentos que viram nesse movimento a possibilidade de uma saída ordenada do caos provocado ao mesmo tempo pela crise, pela violência e pelos recursivos escândalos de corrupção. Desde o começo, a aposta foi dupla: a queda do PT e a intervenção militar. O tema da intervenção militar parecia remeter a uma sorte de golpismo, mas na realidade ele terminou por construir um imaginário ao redor da figura do candidato Bolsonaro (um capitão da reserva do Exército) bem como, por responder a uma demanda crescente e desesperada por segurança face à explosão de uma violência já fora de controle, e que havia passado de todos os limites.

(3) A candidatura de Bolsonaro conectou-se em seguida com a onda global do neo-soberanismo, e o fez por meio de dois mecanismos: em parte, importando as técnicas de propaganda nas redes sociais (notadamente via WhatsApp), mas também as

guerras culturais, com a presença dos evangélicos dos setores de ultradireita do sionismo.

- *PEM: E agora? Qual situação se prefigura no Brasil? Em todo o continente latino-americano? E, mais amplamente, quais podem ser as consequências sob o ponto de vista geoeconômico geopolítico?*

Giuseppe Cocco: É evidente que isso vai ter um impacto continental, particularmente sobre a situação da Venezuela, que já é muito grave. De início, é provável que haja uma mudança de política sobre os refugiados e uma articulação mais relevante com os países vizinhos para fazer frente a essa crise. O país mais atingido é a Colômbia, que já abriga mais de um milhão de refugiados em condições muito penosas. Por isso, é muito provável que o Brasil implemente medidas de contenção do fluxo de refugiados (há 70.000 no Brasil) e de negociação com a Venezuela. Também pode haver uma aproximação mais relevante com os Estados Unidos, notadamente sobre a crise da Venezuela. A questão é ver o que vai acontecer com o colapso do regime e da sociedade venezuelana. Dois dos generais que compõem o governo de Bolsonaro comandaram a missão de paz das Nações Unidas no Haiti e na Angola...

Curiosamente, Bolsonaro chega ao poder com uma forte crítica da diplomacia ideológica que o PT conduziu, mas é possível que ele a substitua por uma diplomacia também integralmente ideologizada, embora ao revés. Por exemplo, Bolsonaro declarou diversas vezes que ele seguirá Trump sobre a questão da transferência da embaixada brasileira a Jerusalém. Isso poderá ter consequências no comércio com certos países árabes que são grandes importadores de carne brasileira; essas declarações de Bolsonaro já causaram problemas com o Egito.

Além disso, o futuro superministro da economia (Paulo Guedes) já fez uma declaração sobre o Mercosul (o mercado comum latino-americano) que deixou toda a imprensa e os exportadores brasileiros muito preocupados. Mas o que preocupa mais são as declarações de Bolsonaro sobre a China antes e depois da campanha eleitoral. O nível de dependência do Brasil em relação à China é grande demais para que ele possa se permitir imitar Trump e iniciar uma guerra comercial. Será preciso ver se Bolsonaro mantém essas declarações belicosas ou se muda o tom. De todo modo, ele preocupa todo mundo. A evocação do futuro ministro das relações exteriores (um jovem

diplomata que se distinguiu por sua apologia de Trump) já semeia o pânico na grande imprensa e entre os grandes exportadores.

PEM: Ainda um ponto sobre as lutas, uma vez que manifestações de resistência continuam a ocorrer no Brasil. Você fez alusão, em maio de 2018, ao fato de que quase 2 milhões de trabalhadores (notadamente das autoestradas, do setor de transporte) foram às ruas, dando ocasião a uma das maiores greves da logística. Para concluir, você poderia retomar as mobilizações que emergiram recentemente no Brasil, a partir do assassinato de Marielle Franco até hoje?

É muito cedo para fazer um balanço das lutas e das resistências, e é possível prever que será particularmente penoso e difícil para os conflitos agrários e ambientais, notadamente para as questões indígenas. No que diz respeito ao assassinato de Marielle Franco, há dois elementos de avaliação muito contrastados e totalmente contraditórios. De um lado, o partido de Marielle (PSOL) conseguiu eleger quatro mulheres que são próximas a ela no Rio de Janeiro: uma deputada federal e três deputadas estaduais. De outro lado, o novo governador eleito do Rio, um ex-juiz que era totalmente desconhecido antes do primeiro turno, e que foi apoiado por um dos filhos de Bolsonaro e pelas igrejas evangélicas, participou de uma manifestação em que candidatos de extrema direita destruíram publicamente a placa de rua que foi instalada em memória de Marielle. Por fim, o ministro do interior (do governo Temer) instaurou a pedido da Procuradoria Geral uma investigação da Polícia Federal sobre a Polícia Civil do Rio, acusada de sabotar a investigação. Para complicar ainda mais o quadro, é preciso notar que o PSOL misturou nas manifestações a demanda de justiça por Marielle com a demanda de liberdade em favor do ex-presidente Lula. Ora, este último sempre defendeu a aliança com as redes mafiosas que governaram o Rio de Janeiro e que estão claramente implicadas no assassinato e no desvio das investigações. Enfim, Bolsonaro desferiu uma grande tacada, que aumenta de modo exponencial sua popularidade e legitimidade, com a chegada do juiz Sérgio Moro como “superministro da Justiça”. O PT denuncia a politização do juiz que conduziu as investigações que colocaram Lula na prisão. Mas há uma outra leitura possível, mais complicada: não é a politização do juiz que tem lugar (ou é explicitada), mas uma tentativa de montar um governo que possa evitar todas as negociatas necessárias para que os partidos representados no parlamento aceitem votar suas reformas. A “negociata” é o dispositivo que alimenta a corrupção e

as redes mafiosas em todos os níveis, aí compreendidas aquelas que, no Rio de Janeiro, estão certamente implicadas no assassinato de Marielle. As linhas do conflito são pois, transversais e muito complexas.

No que diz respeito à luta dos caminhoneiros, encontramos aí todos os elementos que as ciências sociais e a crítica da economia política pós-operaísta indicaram nos últimos 20 ou 30 anos: o papel da circulação e, portanto, das externalidades no capitalismo cognitivo; a dimensão logística da produção que conecta as metrópoles globais; o endividamento generalizado percebido não como uma questão moral, mas como a integração das relações de débito e crédito que se substituem à relação salarial (os caminhoneiros proprietários de seus próprios caminhões). Eis, portanto, a situação dos caminhoneiros brasileiros: aqueles que, graças aos subsídios do governo Dilma, compraram a crédito seu meio de trabalho (o caminhão), devem fazer frente não apenas ao aumento do preço do diesel e a sua oscilação cotidiana (em função das decisões da Petrobras e dos preços internacionais) e não podem em caso algum repassar essas variações para o custo do frete por contra da depressão econômica. A situação é tal que a maior parte deles, sobretudo aqueles que são proprietários de seu caminhão, precisam pagar (o diesel e as prestações do crédito) para trabalhar.

Uma greve selvagem explodiu nesse contexto, em que a gota d'água foi a política de preços do combustível praticado pela Petrobras, com as flutuações diárias de preços. O movimento utilizou as redes sociais, notadamente o *WhatsApp*, para organizar a parada e a concentração de milhões de caminhões nas estradas de todo o país – verdadeiro feito, dada a escala continental do país – sem chegar a bloqueá-las totalmente. Quando o abastecimento das cidades começou a entrar em crise – notadamente por causa dos bloqueios de refinarias que causou a falta de gasolina nas bombas –, o governo anunciou um acordo com o sindicato dos caminhoneiros e acusou as empresas de transporte de locaute. A maior parte da esquerda assumiu a mesma posição. Mas os caminhoneiros continuaram sua greve selvagem, e sobretudo os “autônomos”, isto é, os proprietários de seus caminhões. Ela continuou até que o governador de São Paulo conseguisse estabelecer novos contatos e novas negociações mais favoráveis às reivindicações do movimento sobre o preço da gasolina e as tarifas do frete. A greve culminou na queda do presidente da Petrobras, que havia sido o arquiteto da reestruturação do grupo, superendividado e quase em falência, após sua administração controlada pela corrupção. Que diziam os caminhoneiros: “nós não roubamos, essa crise não é nossa!”. Ao mesmo tempo, a única presença política na

greve foi a da extrema direita, sob duas dimensões. Foi a única força que se solidarizou desde o início com os grevistas. De outra parte, apenas ela respondia a uma reivindicação política presente nos piquetes de greve: a intervenção dos militares para destituir o governo Temer.

De um lado, então, a esquerda engajada na campanha de liberação de Lula (e apesar da retórica antiTemer, totalmente alinhada com as tentativas deste último de reduzir as operações contra a corrupção); de outro lado, os caminhoneiros que pensam justamente que Lula é responsável pela quase falência da Petrobras e, portanto, também pela soma que a casta os faz pagar pelo assassinato da empresa. Temos aqui uma chave de explicação do resultado das eleições e do plebiscito (60 a 70%) que Bolsonaro recebeu nas regiões mais produtivas e avançadas do país.

A situação, portanto, é bastante complicada, porque temos diante de nós uma esquerda completamente paralisada, ao mesmo tempo em que temos um verdadeiro movimento fascista, capaz de oferecer à indignação social difusa uma resposta real. Para terminar, podemos visualizar quatro canteiros de pesquisa. O primeiro é aquele sobre a crise da noção mesma de “esquerda”. Aqui, há a urgência de atualizar as reflexões sobre o stalinismo diante das derivas dos governos e da interdição da crítica que a *nomenklatura no-global* impõe. O segundo canteiro concerne ao fracasso das tentativas de sair do neoliberalismo: não há desconexão possível, ou melhor, a única que existe é reacionária. O terceiro eixo de reflexão diz respeito às contradições internas ao governo Bolsonaro, notadamente entre sua alma militarista e estatista e seu compromisso eleitoral ultraliberal. Essas contradições poderão se associar e ampliar as que se produzirão no fronte securitário: não apenas porque as promessas de “solução” serão dificilmente mantidas, mas porque a dimensão mafiosa do poder poderá aparecer como uma contradição interna na base da nova maioria, do mesmo modo que a inserção do juiz Moro (o da operação Lava-Jato) poderá ser a fonte de muitos conflitos difíceis de resolver.